

**Trícia Navarro Xavier Cabral**

---

Mestre pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES  
Doutora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Espírito Santo  
Membro Efetivo do IBDP

# ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL



Gazeta Jurídica

Brasília  
2015

1ª edição - 2015

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na publicação.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C117o

Cabral, Trícia Navarro Xavier, 1976-

Ordem pública processual / Trícia Navarro Xavier Cabral. - 1. ed. - Brasília,  
DF : Gazeta Jurídica, 2015.

564 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 9788567426334

1. Processo civil - Brasil 2. Direito processual civil - Brasil. I. Título.

15-23017

CDU: 347.91./95(81)

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

SCLS 111, Bloco C, Loja 22, Asa Sul

Brasília - DF - CEP: 70374-530

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

**Impressão e acabamento:** Mark Press Brasil

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. Premissas iniciais.....	1
2. Metodologia.....	5
3. Perspectivas .....	9
4. Breve panorama sobre a ordem pública processual.....	10
<b>1. CONSTITUIÇÃO, PROCESSO E ORDEM.....</b>	<b>19</b>
1.1 A ordem constitucional e processual .....	19
1.2 O processo contemporâneo.....	27
1.3 Componentes da ordem processual.....	33
<b>2. ORDEM PÚBLICA.....</b>	<b>49</b>
2.1 A ordem pública contemporânea .....	49
2.2 A ordem pública e suas diversas acepções jurídicas .....	60
2.3 A ordem pública na legislação pátria.....	72
2.4 Relação entre ordem pública e processo civil .....	79
2.5 Características da ordem pública processual .....	80
2.6 Princípios constitucionais norteadores da ordem pública processual .....	84
2.6.1 Segurança jurídico-processual.....	84

2.6.1.1	Confiança legítima – expectativas processuais dos jurisdicionados.....	93
2.6.2	Devido processo legal: o processo justo.....	96
2.6.3	O postulado da eficiência processual.....	101
2.7	Conteúdo material e formal da ordem pública processual .....	113
2.8	Ordem pública material e ordem pública processual....	115
<b>3.</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL .....</b>	<b>117</b>
3.1	Problematização.....	117
3.2	Ordem pública processual e interesse público .....	120
3.3	A ordem pública processual e suas questões.....	126
3.4	Condições da ação .....	128
3.4.1	Primeiras premissas sobre o tema .....	128
3.4.2	Natureza jurídica das “condições da ação”.....	136
3.4.3	Reflexos processuais da extinção das condições da ação .....	151
3.4.4	Condições da ação e ordem pública processual.....	155
3.5	Ordem pública processual e pressupostos processuais .....	157
3.5.1	Função dos pressupostos processuais .....	157
3.5.2	Esboço evolutivo dos pressupostos processuais.....	159
3.6	Pressupostos processuais como questões de ordem pública.....	162
3.6.1	Existência de órgão estatal investido de jurisdição....	162
3.6.2	Impedimento do juiz .....	164
3.7	Pressupostos processuais como questões de interesse público.....	166
3.7.1	Competência absoluta.....	168
3.7.2	Demanda .....	171
3.7.3	Citação .....	172

3.7.4	Capacidade de ser parte .....	175
3.7.5	Capacidade de estar em juízo.....	176
3.7.6	Capacidade postulatória.....	177
3.7.7	Legitimidade extraordinária .....	178
3.7.8	Litisconsórcio necessário .....	180
3.7.9	Litispendência, preempção e coisa julgada.....	181
3.7.10	Interesse processual.....	184
3.7.11	Suspeição do juiz .....	185
3.7.12	Despesas processuais.....	187
3.7.13	Inversão do ônus da prova pelo juiz .....	189
3.7.14	Outras questões de interesse público processual ..	194
3.8	Requisitos formais do processo .....	195
3.8.1	Requisitos de admissibilidade do ato processual .....	195
3.8.2	Adequação do procedimento .....	200
3.9	Questões processuais disponíveis .....	202
3.9.1	Competência relativa .....	202
3.9.2	Convenção de arbitragem .....	203
3.9.3	Justa causa.....	204
3.10	Questões de direito material .....	205
<b>4.</b>	<b>O REGIME JURÍDICO DAS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL.....</b>	<b>211</b>
4.1	Evolução histórica do tratamento das questões de ordem pública.....	211
4.2	O juízo de admissibilidade.....	218
4.3	Os poderes do juiz e o juízo de admissibilidade .....	220
4.4	Questões de ordem pública e cognição de ofício pelo juiz.....	222
4.5	Momento .....	224
4.6	Objeto do juízo de admissibilidade.....	228
4.7	Forma de exercício do juízo de admissibilidade .....	229

4.8	Necessidade de contraditório para o reconhecimento de questões prévias.....	232
4.9	Efeitos do juízo de admissibilidade.....	237
4.10	Arguição de questões processuais prévias pelas partes.....	245
5.	<b>CONSEQUÊNCIAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE ORDEM PÚBLICA E DE INTERESSE PÚBLICO .....</b>	<b>249</b>
5.1	Atos e nulidades processuais .....	250
5.1.1	Introdução .....	250
5.1.2	Necessidade de uma teoria contemporânea.....	251
5.1.3	Direito estrangeiro: dificuldade em sistematizar as nulidades.....	252
5.2	Atos processuais: dissociação do direito material .....	254
5.2.1	Características dos atos processuais .....	256
5.2.2	O ato inexistente.....	266
5.3	Os defeitos dos atos processuais e seus reflexos processuais .....	270
5.3.1	Defeitos processuais.....	271
5.3.2	Reconhecimento da invalidade pelo juiz.....	275
5.3.3	Decretação de nulidade.....	276
5.3.3.1	Conceituação, terminologia e natureza jurídica .....	277
5.3.3.2	Princípios que condicionam a aplicação da nulidade.....	278
5.3.4	Princípios dos atos processuais (próprios) e do procedimento (reflexos) .....	283
5.3.5	Reflexos da incidência da nulidade do ato no processo .....	287
5.3.6	Nulidade do ato e nulidade do processo.....	288
5.4	Flexibilização procedimental.....	289
5.4.1	Introdução .....	289
5.4.2	Justificativas da flexibilização do procedimento .....	290

5.4.3	A flexibilização do procedimento no Brasil .....	295
5.4.4	Variação procedimental no direito estrangeiro.....	301
5.4.5	Espécies de flexibilização procedimental .....	306
<b>6.</b>	<b>ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL NO DIREITO ESTRANGEIRO .....</b>	<b>313</b>
6.1	Sistema italiano.....	314
6.2	Sistema espanhol .....	320
6.3	Sistema francês .....	325
6.4	Sistema português.....	332
6.5	Sistema alemão .....	335
6.6	Sistema inglês .....	340
6.7	A ordem pública transnacional .....	346
<b>7.</b>	<b>A ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>355</b>
7.1	Considerações gerais .....	355
7.2	Poderes do juiz no âmbito dos tribunais .....	357
7.3	Juízo de admissibilidade dos recursos cíveis .....	359
7.4	Espécies de requisitos de admissibilidade dos recursos cíveis .....	362
7.4.1	Tempestividade.....	363
7.4.2	Competência.....	370
7.4.3	Regularidade formal .....	371
7.4.4	Preparo .....	373
7.4.5	Cabimento.....	376
7.4.6	Legitimação recursal.....	380
7.4.7	Interesse de recorrer.....	382
7.4.8	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do exercício do poder recursal.....	383
7.4.9	Requisitos de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários .....	384

7.5	Ordem pública processual e efeito translativo dos recursos.....	395
7.5.1	Ordem pública processual e sua decrescente importância no processo .....	396
7.5.2	Questões de ordem pública e de interesse público e os capítulos da sentença.....	398
7.5.3	O tratamento das questões de ordem pública e de interesse público na esfera recursal.....	401
7.5.3.1	Recursos ordinários.....	401
7.5.3.2	Recursos excepcionais .....	404
7.6	Questões de ordem .....	413
7.6.1	Vícios do ato, procedimento ou de julgamento .....	415
7.6.2	Observância da ordem processual, do contraditório e da ampla defesa .....	419
7.6.3	O julgamento do recurso .....	424
7.6.4	Ocorrências após o julgamento do recurso.....	429
7.7	Homologação de sentença estrangeira .....	429
7.8	Suspensão da segurança .....	436
8.	<b>O CONTROLE DA ORDEM PÚBLICA PROCESSUAL NOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO.....</b>	<b>443</b>
8.1	Introdução .....	443
8.2	Requisitos do controle judicial dos meios alternativos de solução de conflito .....	445
8.3	A ordem pública processual nos meios de composição em espécie .....	448
8.3.1	Conciliação e mediação .....	448
8.3.2	Arbitragem nacional e internacional.....	451
8.3.3	Compromisso de ajustamento de conduta .....	463
	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>471</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>483</b>